

“Ali onde é aquele pé de futapão que era a casa de Chico Véi”: Comunidade Quilombola de Baixa Grande, território de resistências e memórias

Edna Balbina dos Anjos dos Santos¹
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Raquel da Silva Alves²
Universidade Federal do Ceará
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Rute Moraes Souza³
Universidade de Salamanca
Universidade de Brasília

Resumo: Este trabalho consiste na descrição do modo de vida e das formas de organização na comunidade quilombola de Baixa Grande, município de Muritiba no Recôncavo da Bahia. Além disso, é uma escrita que se desenvolve a partir das narrativas da própria comunidade sobre o contexto de formação do espaço, lugar-moradia, há mais de dois séculos, por Francisco José dos Santos – Chico Véi, e, no decorrer do tempo, por seus descendentes, que hoje formam o chão de Baixa Grande. É uma pesquisa que valoriza a atuação da memória, ou seja, o protagonismo das pessoas mais velhas é intrinsecamente necessário na construção desta escrita acadêmica, uma vez que, somente pelo acesso às suas recordações e ao ato de narrar delas, é que foi possível darmos corpo a este trabalho. Nossa intenção com o referencial biográfico visitado foi justamente dialogar com pesquisadoras da mesma comunidade, que antes já haviam realizado pesquisas sobre o quilombo Baixa Grande, para além de levantar dados empíricos no contexto comunitário, possibilitar outras nuances nesta investigação.

Palavra-chave: memória; quilombo; Baixa Grande; tradicionalidade.

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

² Mestranda em Antropologia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

³ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade de Salamanca (USAL) e doutoranda no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)

“There where that futapão tree is that was Chico Véi’s house”: Quilombola Community of Baixa Grande, territory of resistance and memories

Abstract: This work consists of the description of the way of life and forms of organization in the quilombola community of Baixa Grande, municipality of Muritiba in the Recôncavo da Bahia. In addition, it is a writing that develops from the narratives of the community itself about the context of the formation of space, a place-dwelling, more than two centuries ago, by Francisco José dos Santos – Chico Véi, and, over time, by his descendants, who today form the ground of Baixa Grande. It is research that values the performance of memory, that is, the protagonism of older people is intrinsically necessary in the construction of this academic writing, since it was only through access to their memories and the act of narrating them that it was possible to give corpus to this work. Our intention with the biographical reference visited was precisely to dialogue with researchers from the same community, who had previously carried out research on the Baixa Grande quilombo, in addition to collecting empirical data in the community context, to enable other nuances in this investigation.

Keyword: memory; quilombo; Baixa Grande; traditionality

“Allí donde está ese árbol de futapão que era la casa de Chico Véi”: Comunidad Quilombola de Baixa Grande, territorio de resistencia y memorias

Resumen: Este trabajo consiste en la descripción del modo de vida y las formas de organización en la comunidad quilombola de Baixa Grande, municipio de Muritiba en el Recôncavo da Bahia. Además, es una escritura que se desarrolla a partir de las narrativas de la propia comunidad sobre el contexto de la formación del espacio, un lugar-vivienda, hace más de dos siglos, por Francisco José dos Santos – Chico Véi, y, a lo largo del tiempo, por sus descendientes, que hoy forman el terreno de Baixa Grande. Se trata de una investigación que valora el desempeño de la memoria, es decir, el protagonismo de las personas mayores es intrínsecamente necesario en la construcción de esta escritura académica, ya que solo fue a través del acceso a sus memorias y el acto de narrarlas que se pudo dar corpus a este trabajo. Nuestra intención con la referencia biográfica visitada fue precisamente dialogar con investigadores de la misma comunidad, que habían realizado investigaciones previas sobre el quilombo de la Baixa Grande.

Palabra clave: memoria; quilombo; Baixa Grande; tradicionalidad.

A comunidade naquela época era sofrida demais, era dominada por quatro ou cinco cidadãos que era os cabeças de comando da ocasião e a gente não tinha regalia em nada, o que tinha era dominado por seu fulano, seu bertano e vivia todo mundo na fracatura. (Neto de Chico Véi)

Aqui não era povoado, aqui era tudo mata virgem, isso aqui era três, quatro fazenda que se tornava aqui, que era fazenda mucambo lá embaixo no,... ali onde Vardo morava abaixou até certo meio, aqui, Baixa Grande, aqui de lado era Umbilino, era as fazenda que tinha aqui. E as famílias que existia aqui antigamente era uma, duas, era três família, estendendo de lá do outro lado da lagoa, até aqui embaixo no Muquéum era, se tornava só em três família, que era Chico Véi ali, Zé Maria, mas esse que era o pai era..., como é o nome do pai de Zé Maria? Era Guilermin, que era Guilherme e o povo tratava Guilermin, Chico Véi ali, Umbilino e Antonio do Mucambo que chamava Mucambo lá embaixo ali onde Vardo mora, o resto, não era povoado aqui. (Neto de Chico Véi)

Ali onde é aquele pé de futapão que era a casa de Chico Véi e ali tudo era mata virgem e descendo pra lagoa, ali era mata virgem, da lagoa até aqui em cima, em certo lugar. (Neto de Chico Véi)

Era tempo de fome mermo, hoje em dia tá todo mundo rico, comeno o que quer, escolheno até. Outra, a finada Joana era na lagoa, manhecia o dia, pegava o cesto, ia pra lagoa, quando subia oia as combuca de peixe que trazia. (Neta de Chico Véi)⁴

Ao desenvolver etnografias em comunidades quilombolas no interior da Bahia, Vieira Junior (2015) articula que “a experiência etnográfica requer um abrangente conhecimento sobre os sujeitos a serem pesquisados, mas antes de qualquer coisa, requer um despir de ‘ideias pré-concebidas’” (VIEIRA JUNIOR, 2015: 152). Ele sugere que “a pesquisa etnográfica tem como objeto uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de pergunta, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade” (MALINOWSKI, 1975 *apud* VIEIRA JUNIOR, 2015: 152), e que a pesquisa etnográfica “leva em conta toda a profusão das impressões e informações que espocam nos encontros de campo” (CAIAFA, 2007 *apud* VIEIRA JUNIOR, 2015: 152-3).

Como Roberto Cardoso de Oliveira define, existem três técnicas a serem seguidas para a realização da pesquisa antropológica, que são: o olhar, o ouvir e o escrever. Oliveira analisa que essas três etapas de apreensão dos fenômenos sociais são merecedoras de reflexão no exercício da pesquisa e da produção do conhecimento (OLIVEIRA, 2000: 18)

Geertz sugere que “é preciso estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário” (GEERTZ, 1973: 15). A etnografia não se define apenas nesses pormenores, além dessas ações, é preciso esforço intelectual para assim desenvolvê-la como método antropológico. Geertz sinaliza que a etnografia é *uma descrição densa*, assim sendo, ele alerta que o material é fornecido pelo informante de forma emaranhada, em linguagem nativa, para que o pesquisador e/ou a pesquisadora a transforme em linguagem acadêmica, em nosso caso, antropológica.

⁴ A epígrafe faz parte do material coletado no trabalho de campo realizado pelo Coletivo Chico Véi no período do segundo semestre do ano de 2015. Trabalho que se realizou mediante diversas visitas às pessoas mais velhas da comunidade no intuito de levantar dados sobre o início da comunidade de Baixa Grande, sua formação territorial e familiar.

Para Venson e Pedro (2012), a memória como instrumento de produção da oralidade se torna elemento de produção metodológica para a antropologia. Em suas palavras, “a tradição oral, a oralidade, é um objeto teórico constitutivo do arcabouço teórico da antropologia e é um meio de interpretação das culturas abordadas” (VENSON e PEDRO, 2012: 129).

A pesquisa se baseia pela construção dupla, isto é, possibilitada pelo contato entre as pesquisadoras e suas e seus interlocutores. Como sintetizam:

O trabalho etnográfico que é feito por um olhar sensibilizado e instrumentalizado pela teoria, pode também incluir um roteiro de perguntas dirigidas às pessoas que compõem o grupo em estudo, as quais podem ser feitas tanto por meio de entrevistas formais quanto por conversas informais. (VENSON e PEDRO, 2012: 30)

No mesmo sentido, Peirano (2014) argumenta que a etnografia não é método, nem só empiria, mas que se traduz em formulações teórico-etnográficas, uma vez que “toda etnografia é também teoria” (2014: 383).

No contexto desse artigo, procuramos apresentar a comunidade quilombola de Baixa Grande a partir da vida de Francisco José dos Santos - Chico Véi, personalidade central do quilombo. Assim, realizamos entrevistas com diferentes quilombolas parentes de Chico Véi, relacionando-as com diferentes trabalhos acadêmicos já publicados sobre o quilombo. Logo, não se trata de uma etnografia de base documental apenas, mas que implicou na vivência das pesquisadoras com a comunidade e na coleta direta de dados a partir de entrevistas realizadas no ano de 2015.

Os fragmentos que antecedem esta primeira parte do trabalho justificam-se pela incessante e prazerosa função de apresentar a comunidade de Baixa Grande e um pouco daquilo que é viver e conhecer este chão. De acordo com Vieira Junior (2015), “redescobrir o passado é parte do processo de construção da identidade” (WOODWARD, 2012: 12 *apud* VIEIRA JUNIOR, 2015: 151). O relato do início da organização na comunidade quilombola de Baixa Grande é marcado por registros orais, ou seja, memórias que situam, no tempo e espaço, a comunidade dando-lhe um sentido de formação, mostrando-nos, em muitas falas, o que havia ali antes da chegada de Francisco José dos Santos – Chico Véi –, e o que se tornou a partir do momento em que ele fincou morada neste pedaço de terra.

Com essas e outras falas que fortalecem o existir das pessoas em Baixa Grande, as mais velhas e os mais velhos demonstram a semelhança de sua formação àquilo que Beatriz Nascimento chama atenção a respeito do espaço geográfico em que se situavam os quilombos. Como a autora define: “podemos ver que, estabelecido num espaço geográfico, presumivelmente, nas matas, o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo” (NASCIMENTO, 2021: 133). Os trechos apresentados e outros tantos relatos adquiridos a partir das conversas na comunidade, mostram o caráter de formação da comunidade de Baixa Grande, apresentando a trajetória-experiência (GOMES, 2020: 72) iniciada por Francisco José dos Santos e sequenciada por seus descendentes.

Consoante aponta Nascimento (2021), é comum à configuração dos quilombos rurais, do modo que ocorreu em Baixa Grande, ter iniciado sua formação em uma parte do território coberto por matas. As pessoas mais velhas relatam sobre as dificuldades em circular dentro da comunidade, no cair da tarde, por medo de animais ferozes e até mesmo de assombração. Outro ponto do contexto de formação de Baixa Grande que nos chama atenção, é a morada ter sido iniciada na parte

mais próxima à lagoa, sintetizando o que Nascimento caracteriza como um modelo encontrado nos quilombos angolanos e comum no território brasileiro: a busca pelo encontro com a natureza. Nascimento propõe que, nos dois territórios,

os quilombos se localizam em planaltos ou colinas, nas proximidades de rios ou outros caminhos naturais, possuindo clima bastante específico, onde as condições do sol e de outros astros dão uma sensação de espaço aberto, diríamos, oceânica e infinita. (NASCIMENTO, 2021: 149)

A casa de Francisco José dos Santos, identificado como primeiro morador da comunidade quilombola de Baixa Grande, ficava no alto da ladeira de frente para a lagoa. Seus netos e netas relatam que da lagoa tiravam água para manter a casa em geral e pescavam os peixes para sustento das famílias. Na casa nomeada por eles de “fazenda grande”, moraram o próprio Chico Véi, seus/uas filhos/as e alguns/mas netos/as. Era uma casa enorme construída com paredes de barro e palha, com vista para a lagoa. O pé de fruta-pão, uma herança viva até pouco tempo, situava o local exato da casa daquele que foi o primeiro morador deste lugar, de acordo com os relatos ouvidos.

A história de Chico Véi, contada pela comunidade, circula em torno destas definições: “foi o primeiro que chegou aqui”, “ele era bem velhinho”, “já o conheci velho, sentado perto do fogo de lenha que acendia no meio da sala de casa”. Morreu muito velho: “deveria ter mais de cem anos”, outros arriscam que “Chico Véi tinha uns 120 anos quando morreu”. Até certo período as informações sobre sua vida assim se delineavam, sem, no entanto, existir documentos que oficializassem o que as narrativas nos ajudavam a conhecê-lo.

Tempos depois da realização da pesquisa de campo na comunidade, soubermos que o filho de um neto de Chico Véi encontrou, em meio aos documentos do seu pai já falecido, o atestado de óbito no qual constava a idade oficial de Francisco José dos Santos. Falecido em outubro de 1951, esse atestado oficializou o que as memórias comunitárias já haviam nos informado sobre sua longevidade: o ancestral comum à comunidade quilombola de Baixa Grande viveu 130 anos. O atestado de óbito valida as memórias compartilhadas pela comunidade, já que seus relatos estão agora fundamentados em documentos, e pelos quais tomamos conhecimento de um fato novo trazido nessa certidão: o nome da mãe de Chico Véi, Maria Jovita dos Santos. O documento não revela sua origem, mas alega que seu filho é natural do distrito do São José do Itaporã, onde em termos foi lavrada a certidão⁵.

Os relatos que trazemos aqui, datam do ano de 2015, quando um grupo de jovens da comunidade de Baixa Grande decidiram realizar uma pesquisa com as moradoras e os moradores mais velhas/os para reivindicar junto à Fundação Cultural Palmares a certificação da comunidade como remanescente quilombola.

Como sugere Nascimento: “Os quilombos não obedeceram sempre ao mesmo quadro institucional. Há diferenças entre eles, que vão desde a conjuntura histórica em que surgiram e fatos implicando maior ou menor organização, até suas diferenças na estrutura interna” (NASCIMENTO, 2021: 105). Com isso, outras leituras anteriores a que tivemos acesso, ajudaram-nos a entender que a identificação da comunidade como remanescente quilombola, não se concretiza a partir

⁵ A certidão foi lavrada no cartório do distrito de São José do Itaporã, onde normalmente eram registrados os termos de nascimento e morte das comunidades rurais da região e que fazem parte do município de Muritiba, sob o poder do oficial de registros Durval Cesar de Carvalho, assentado no livro de registro de óbito n. 4, folha 102 v, no termo 315. Consta ainda que Francisco José dos Santos faleceu em sua residência, sem assistência médica, o que levou a ser ignorada a causa da sua morte. O atestado apresenta o nome da sua mãe (Maria Jovita dos Santos) e o nome do seu pai é ignorado, assim como o quesito cor/raça. Outro fator importante a ser mencionado é a data de registro do documento lavrado em julho de 1983, 31 anos após o seu falecimento.

do que Baixa Grande tem em comum com o passado do povo negro de modo essencialista, apesar de serem as manifestações negras o elo de construção da identidade. Ser quilombola se estabelece em continuar, em organizar o espaço onde estão fundamentadas suas raízes pelo que são. A mesma autora indica que:

A importância dos “quilombos” para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo. (NASCIMENTO, 2021: 109)

O Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, definiu os quilombos ou mocambos como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem encontre pilões” (ALMEIDA, 2011: 59; NASCIMENTO, 2021: 158; SANTOS, 2020). A respeito desse conceito ultrapassado a que refere Nascimento (2021), podemos analisar que é uma definição que nasce como escudo e retaliação à população negra livre do sistema escravocrata que, neste período histórico, organizava levantes em prol da liberdade coletiva, como, em outras palavras, Beatriz Nascimento também evidencia.

Seguindo uma lógica parecida, Gomes (2020) reflete sobre a necessidade de estabelecer as diferenças entre as comunidades quilombolas do passado e as do presente, analisando-as da seguinte forma: é fundamental complexificar a agência política dos quilombos no passado e no presente, para não cair em narrativas que reduzem as estratégias empreendidas no contexto do regime escravista (GOMES, 2020: 74).

Nas palavras de Oliveira (2016), “ser quilombola é ter uma concepção coletiva de si, construída de dentro para fora e em relação a agentes externos” (OLIVEIRA, 2016: 24) “assumindo um itinerário histórico dos quilombos como experiência de luta por liberdade e igualdade no regime escravista” (GOMES, 2020). Partindo desse entendimento, um grupo de jovens (formado, inicialmente, por sete pessoas) que entendiam o viver dessa comunidade negra à qual faziam parte, possuidores de registro oral, datando para mais de um século de existência, no qual carregam, na pele e na alma, as marcas das discriminações sofridas pelos de fora, (SANTOS, 2019: 243) que não se percebem iguais a eles. Esses jovens negros percebem as características de organização e a própria experiência de vida, semelhantes àquelas apontadas como precisas, a fim de conquistarem um documento oficial que lhes garantisse seus direitos e outra visibilidade para a comunidade auto reconhecida como quilombola. Sobre esse quesito, Carvalho (2016) pontua que:

Para as populações que assumem a identidade de “remanescentes de quilombo”, surge a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com os vizinhos, na política local, perante os órgãos estaduais e federais, no imaginário nacional e no seu próprio imaginário. O reconhecimento como quilombolas permite aos grupos buscar aquilo que na história lhes foi sistematicamente negado: a reparação das injustiças sociais e o acesso ao mundo dos direitos e da cidadania. (CARVALHO, 2016: 221)

Além das visitas de casa em casa, o Coletivo Chico Véi buscou realizar atividades na Associação Comunitária Rural de Baixa Grande e Abrangência, entidade comunitária organizada e instituída no ano de 2006, e na Escola Pedro Bispo dos Anjos, única escola dentro do território de Baixa Grande construída no ano de 1998 (NASCIMENTO, 2020: 3; COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 17). Desenvolveram-se atividades relacionadas a filmes seguidos de debates e/ou reflexão, apre-

sentações de artes relacionadas à negritude, atividades pedagógicas com as crianças da própria escola e da comunidade Baixa Grande. Assim buscaram contribuir com o que sabiam da história, para que os partícipes tivessem experiências diferentes das que outros jovens negros tiveram na infância em relação às suas identidades. Exemplo disso, no dia 20 de novembro de 2015, a Escola Pedro Bispo dos Anjos foi a única escola do município realizar atividades pedagógicas que remorassem o dia 20 de novembro como a marca da resistência negra. Um evento pensado pelo Coletivo Chico Véi e realizado em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Muritiba e com a escola em questão.

O decreto 4887/2003 traz uma importante vertente de pensamento acerca das comunidades remanescentes de quilombos e, de fato, norteia nosso entendimento em relação às comunidades quilombolas. O documento informa que:

As comunidades remanescentes de quilombo se definem a partir de auto atribuição coletiva de grupos étnicos, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência de opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

Os relatos das pessoas da comunidade Baixa Grande não expressam relação dos ancestrais com a escravidão. Sobre a escravidão, quando questionados, os que não deram como resposta o desconhecimento do assunto, relataram ter ouvido falar sobre, mas nunca tinham sido um deles, muito menos convivido com quem tenha sido escravizado. Nessa perspectiva, Lourenço (2016) classifica “memória territorial”, como aquela que acontece em interconexão com a memória genealógica, como formas e estratégias que essa comunidade negra rural encontrou para objetivar sua história e identidade (ARRUTI, 2006: 240-1 *apud* LOURENÇO, 2011: 115). Apesar dessa ausência de experiência e vivência no período da escravidão, essas pessoas buscaram se conectar com a identidade quilombola a partir das características fenotípicas. Foram muitas as vezes que ouviram expressões que se referem ao fenotípico dos descendentes de Chico Véi, caracterizando traços negroides, que dão à comunidade a dimensão do ser quilombola, como uma herança dos antepassados trazidos do continente africano, e que a comunidade busca esse reconhecimento ancestral por esses traços presentes no corpo mais do que pelos elementos culturais, no entanto, “fazendo novas interpretações da imagem do negro” (SANTOS, 2019: 241).

No ensaio “*Memórias Que Reinscrevem: O Uso da Memória na Reconstrução Identitária do Quilombo Baixa Grande*”, Santos (2019) cria um diálogo no qual justifica a auto atribuição identitária da comunidade de Baixa Grande a partir do acesso às memórias das/os mais velhas/os. Aqui acrescentamos Lélia Gonzalez, que sobre o assunto aponta que a memória é esse lugar de inscrições que restituí uma história que não foi escrita (GONZALEZ, 2018). Com acesso a essas memórias, ouvindo as pessoas que de início diziam nada saber, é que se toma conhecimento da origem do território, enquanto os/as mais velhos/as rememoravam.

Vieira Junior (2015) analisa que:

A partir das narrações de suas histórias que transitam entre a lembrança e o esquecimento para tornar- -se capital simbólico em que se constitui a memória como parte de uma cosmologia nativa, é que irá se configurar os limites físicos de um território, derivado de fluidas fronteiras. Assim como a identidade se configura em um corpo social, a memória permitiria justificar um território. (VIEIRA JUNIOR, 2015: 152)

A partir daqui apresentamos a comunidade de Baixa Grande iniciada por Francisco José dos Santos citado anteriormente. Alertamos para sua condição de

avô de grande parte dos (as) mais velhos (as) dessa comunidade quilombola, como exposto no livro *Memórias de Baixa Grande contadas por sua gente* (2020), que sobre Chico Véi relata:

Deixou muita terra pois bem
Mas deixou seus filhos
E seus netos também
Por isso hoje, em Baixa Grande,
Em quase todas as casas
Um parente de Chico Véi tem. (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 13-4)

Vale ainda articular esse fato sobre a comunidade de Baixa Grande ao que Lourenço (2016) elucida sobre os laços de parentesco presentes na comunidade quilombola de Lagoinha de Cima no Estado do Maranhão. Ela analisa que “nas relações de alteridade com ‘os de dentro’ e com ‘os de fora’, a rede de parentesco também se tornou um elemento central na autodefinição como quilombolas” (LOURENÇO, 2016: 117). Das memórias compartilhadas entre as pessoas mais velhas, emergiu a ligação das pessoas mais velhas com Francisco José dos Santos, esse fato faz com que as pessoas jovens tenham laços de parentesco profundos que, por vezes se repetem, já que os casamentos acontecem com frequência na própria comunidade.

Abrimos espaço para falar um pouco sobre a comunidade de Baixa Pequena, semelhante à Baixa Grande até na escolha do seu nome. Baixa Pequena existe como complemento de Baixa Grande ou vice-versa, e o que nos contam os (as) mais velhos/as é que essas duas comunidades foram iniciadas no mesmo período e isso há muito tempo (quase duzentos anos para a formação delas). Baixa Grande foi ocupada por Chico Véi e Baixa Pequena por Vitória, por seus nomes, tornaram-se comunidades de características idênticas, irmãs, dando a seus (uas) moradores (as) o estreito caráter de parentesco. O diferencial é que Baixa Pequena possui um perfil diferente no sentido de ter como ancestral comum, apresentada pelas memórias dos seus, uma mulher como referência primeira de resistência e organização.

Sobre a relação de parentesco entre as duas comunidades, o livro com registro das memórias de Baixa Grande aciona a escrita da memória da seguinte forma:

E por falar em gente rica de valores
Aproveitamos para aqui assinalar
Do lado de Baixa Grande
Há outro povo para mencionar,
Estamos falando de Baixa Pequena
Que também tem história singular.
(...)
A família de Vitória e de Chico Véi
Tem laço bem embutido
Tanto que em ambas as comunidades praticamente todos são tratados por primos.
(...)
Se não for primo vai ser tio
E se tio não for, casou-se com alguém que seja.
Por isso, ninguém faz nada só
Pense aí quando é tempo de peleja ou de festeja?! (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 21-2)

A citação do trabalho desenvolvido a partir da oralidade, norteia o vínculo de parentesco existente entre as duas comunidades. É importante para este estudo, reconhecer a relevância dos depoimentos dessas pessoas mais velhas, moradoras dessas comunidades, ao relatarem sua ancestralidade demonstrando os laços sanguíneos que as cercam e como, diariamente, vivem essa expressão: “que ao longo

do tempo foram realizando alianças e efetivando parentesco entre si” (VIEIRA JUNIOR, 2017: 125). O que nos foi possível entender, a partir das menções feitas ao parentesco entre Baixa Grande e Baixa Pequena, é que Vitória e Chico Véi tiveram alguns casamentos entre filhos e filhas de cada um, o que possibilitou às duas comunidades esse estreito laço de parentesco.

Sobre o porquê da escolha dos nomes designados para as duas comunidades, contam-nos que os (as) mais velhos (as) se basearam pela extensão da lagoa presente em ambas as comunidades, sendo que na Baixa Pequena, a lagoa era menor, enquanto na Baixa Grande, era maior. Sobre as divisões de suas terras, ouvimos muitas histórias durante a pesquisa de campo realizada em 2015: uma das moradoras mais velhas nos contou que as divisões eram feitas de acordo com a chegada das primeiras pessoas ao lugar. Do mesmo modo, já ouvimos que se davam a partir da quantidade de terra que cada um (a) conseguia roçar⁶. O que sabemos de certo é que Chico Véi e Vitória deixaram a seus filhos e aos seus descendentes muita terra, no entanto, atualmente seus herdeiros não possuem mais tantas propriedades. As terras herdadas foram vendidas para pessoas de fora ou de comunidades vizinhas e, por isso, parte do território identificado pela memória das pessoas mais velhas, como pertencente à Baixa Grande, hoje já não é mais reconhecida assim por estar de posse de pessoas que não se consideram da comunidade, que não têm relação de parentesco com os outros moradores nem se identificam racialmente com as características fenotípicas presentes nas famílias descendentes das/os primeiras/os moradoras/es.

Chegando: a forma simples de conduzir alguém de fora para conhecer Baixa Grande

O quilombo de Baixa Grande, localizado em Muritiba, na Bahia, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares, conforme Portaria 103/2016, de 20/5/2016, Processo 01420.001897/2016-86, estando pendente as etapas posteriores de delimitação e titulação, por parte da própria comunidade que não realizou junto ao Incra o pedido de tais etapas.

Perguntando a um morador da comunidade sobre o percurso a ser feito para chegar à Baixa Grande, a explicação dada e certeira para que o desconhecido chegue ao território será: - “Aí você deixa a BR101, vindo de Muritiba, antes de chegar em Cruz das Almas, aí tem a entrada do São José, tem uma placa escrita *Bem-Vindo ao São José* mão direita de quem vem de Muritiba. Depois de subir a ladeira, você dobra a esquerda e vem direto. Vai chegar no centro de São José do Itaporã, chegando em São José pergunta pra qualquer pessoa qual o caminho de ir para Baixa Grande”. Mas existindo o risco de não encontrar esse informante para contribuir com sua chegada à comunidade, a indicação é: “aí chegando ao São José, você vai ver logo a igreja católica, ao fundo da igreja, sobre a esquerda e venha direto sem entrar em caminho nenhum, somente reto. Aí você vai chegar à ladeira (a ladeira de Nunga), aí você já está na Baixa Grande” Para moradores (as) da comunidade, basta essa explicação e com isso se forma o trajeto até ela, como se todo visitante tivesse um espírito guia nativo que o conduzisse até lá.

Uma coisa há de certa nesse trajeto: quem chega à ladeira de Nunga não mais esquecerá que esteve em Baixa Grande. Terra de Chico Véi, o homem que morreu com 130 anos, acendia fogueira dentro de casa, pai de muitos homens e muitas mulheres que resistiram às adversidades e povoaram a comunidade quilombola

⁶ Roçar o mato significa limpar o terreno para realizar plantação, criar animais ou construir moradia.

de Baixa Grande. Avô de alguns (umas) que nos privilegiam vivendo, já beirando os 100 anos e outros tantos que já partiram do plano terrestre, bisavô de outros e outras, que fortes ainda estão na labuta puxando enxada, alimentando a terra, sendo alimentados/as por ela e remexendo barro na lagoa. Ancestral comum de outros (as) que desconhecem qual o laço de parentesco que tem com Chico Véi, mas hoje se reconhecem como parentes por ser parte da comunidade de Baixa Grande. São vidas necessárias nesse chão que umas/uns completam outras/os nos festejos, nas labutas, nas dores, nas angústias e em toda forma de existir e resistir.

Em termos oficiais, a comunidade de Baixa Grande é parte da extensa zona rural do município de Muritiba. Muritiba é um dos municípios do Recôncavo Baiano, na Bahia de Todos os Santos, tendo como vizinhos mais próximos os municípios de Cachoeira, São Felix, Governador Mangabeira e Cruz das Almas. De acordo com os dados presentes no site da prefeitura municipal, em 2016, o IBGE declarou em censo 30.585 muritibanos. O município fica distante de Salvador, a capital do Estado, 147 quilômetros e em proximidade com o Rio Paraguaçu. De acordo com a consulta ao site da prefeitura do município, *Muritiba tem início com a vinda de exploradores e jesuítas em 1559, que avançaram nas regiões de Cachoeira e São Felix. Posteriormente ao subirem a serra, às margens do rio Paraguaçu, fundaram um templo e um convento dando origem ao povoado de Muritiba*, e foi em 8 de agosto de 1919 que passou à categoria de vila, sendo emancipada como cidade três anos depois.

O distrito do São José do Itaporã é parte da formação municipal, localizado bem próximo de Cruz das Almas, exatamente a nove quilômetros, seu acesso é possível pela BA 494 que liga o distrito à rodovia Mario Covas da BR 101. Antes mesmo de chegar ao centro do São José, fazendo o trajeto pela BR 101, passa-se por algumas comunidades rurais que formam essa região do município. Logo ao deixar a BR 101 seguindo roteiro pela BA 494, encontra-se a comunidade do Alegré, em seguida Fazendinha, Beija-flor e depois o centro do distrito. Baixa Grande está localizada a três quilômetros de distância depois do centro de São José, sendo uma das diversas comunidades rurais que estão em seu entorno. Para citar algumas delas, preferenciando por aquelas que mantêm vínculos maiores com a comunidade de Baixa Grande, mencionamos: Baixa Pequena, Pau Ferro, Pau Brasil, Mil Peixes, Caatinga Seca, Pedrinhas, Tabuleiro, Rua Torta e Pé de Serra. Mas vale enfatizarmos que existem outras comunidades do município que estão localizadas nessa região de São José do Itaporã.

Celebrando: Santos e outras devoções

Baixa Grande é território de devoção forte a Santo Antônio, santo casamenteiro, doído das causas dos pobres. O santo dos milagres, como relatado no livro *Memórias de Baixa Grande contadas por sua gente*:

Tanto exemplo o povo tem
Que nem dá para contar tudo
Houve o caso de um homem
Que doente no hospital
A língua do santo foi visitar
E há quem acredite que isso
Foi o bastante para lhe curar. (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 28)

Aludindo a cura de um morador de Baixa Grande a mais um milagre do santo. Em Baixa Grande, Santo Antônio é esse ser de cura, “que acode nos momentos de

peleja” (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 8). Como salienta a historiadora Simone dos Anjos do Nascimento, “É notável os inúmeros atos de milagres dados a partir das palavras proferidas por Santo Antônio, fato muito considerável da popularidade do santo, visto como o mais celebrado em toda cristandade” (NASCIMENTO, 2021: 8).

A devoção ao santo é herdada de Antônio José dos Santos, filho de Chico Véi que rezava as treze primeiras noites do mês de junho, em sua casa, na comunidade de Baixa Pequena. Antônio morava em Baixa Pequena por ter se casado com Patrícia, que é filha de Vitória, por conseguinte, mudou-se para lá após o casamento. Depois da morte de Antônio, uma mulher da família recebeu, por meio de sonho, a missão dada por ele à comunidade de Baixa Grande, de tornar Santo Antônio o padroeiro da comunidade, como reverberado a seguir:

A devoção já é antiga
Disso não podemos esquecer
Foi em sonho que um falecido devoto
Veio à vizinha aparecer
E pedir para que Santo Antônio
Padroeiro não deixasse de ser. (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 20)

Construíram a capelinha
Com muita dedicação
No início, pequenininha, mas valendo como mansão
por muitos anos na igrejinha
As crianças fizeram a lição. (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 26)

Esse trecho além de apresentar a devoção ao santo padroeiro, protetor e advogado das causas do povo de Baixa Grande, remete-nos ao espaço político que a capelinha de Santo Antônio protagonizou no período em que a comunidade não tinha escola, sendo local de aprendizagem para as crianças moradoras de Baixa Grande, como bem sinalizou o livro *Memórias de Baixa Grande contadas por sua gente*: a capela não era apenas o lugar das devoções, era ali também local de alfabetizar crianças. Além dos relatos presentes no livro, devemos salientar que a associação comunitária, hoje funcionando como espaço físico na comunidade, teve início também na igrejinha de Santo Antônio, onde as pessoas se reuniam e se organizavam a fim de pleitear benefícios para a comunidade, especificamente, aqueles destinados ao trabalho da roça.

A devoção a Santo Antônio, considerando o que nos direciona o trabalho de Antônia Fernanda dos Anjos dos Santos (2019), configura-se, ao que se entende como religiosidade popular, uma vez que a devoção é mantida pelas gerações que sucedem o primeiro devoto da família. A autora mencionada discorre da seguinte forma:

No dia doze é acesa uma fogueira em frente à capela como simbologia ao dia dedicado ao Santo. Nota-se a necessidade de manter as devoções dos antepassados devotos aos santos, sem que haja rompimento dessas alianças. Nesse sentido, percebemos a influência e sinais de diversas formas de práticas religiosas embutidas nesse meio, o que entendemos de religiosidade popular. (SANTOS, 2019: 32)

Em Baixa Grande a devoção ao glorioso Santo Antônio, como é tratado cotidianamente, não se reserva à igreja da qual ele é padroeiro. Por ter muitas pessoas de nome Antônio ou Antônia em Baixa Grande, na noite do dia 13 de junho, muitas casas na comunidade têm, em frente, a fogueira acesa acompanhada por um patim⁷ muito bem enfeitado, assim como o dia de São João. Os donos das casas

⁷ O patim é uma espécie de enfeite que o responsável, por acender a fogueira, planta numa distância de aproximadamente dois metros à frente da fogueira. Algumas pessoas ornamentam bastante colocando, sobre o enfeite, laranjas, milhos que

recebem os visitantes da fogueira na sala de casa ou na varanda – o varandado, como, costumeiramente, trata-o – para tomar o licor, comer o amendoim, o bolo de aipim e mais o que lhes servir.

A fogueira é acesa em frente à igreja de Santo Antônio e por toda a comunidade, trata-se da noite mais movimentada nos trezenários dedicado ao santo, de tal modo que Nascimento (2020) nos orienta que:

No entanto, nos dias 12 e 13 de junho se acende a fogueira em homenagem a Santo Antônio na capela, característica bem peculiar vista na devocão rezada na casa do senhor Antônio de Chico e também na casa da senhora Antonieta, tradição que perpassa décadas, além de ser acesa na capela, a senhora Antonieta continua acendendo em sua casa e servindo diferentes pratos típicos para aqueles que vão apreciar a queima da fogueira, costume típico dos moradores da comunidade. (NASCIMENTO, 2020: 28)

Enquanto a fogueira queima, moradores (as), que apreciam esse fazer cultural, dão continuidade ao tecer de suas vidas. Quem aprecia é uma comadre, um compadre, um tio, uma prima, um avô, uma tia, uma avó, uma madrinha. Alguns (umas) mais velhos (as) e outros (as) mais jovens, aos/às quais esse momento possibilita o encontro, as trocas de informações sobre o passar de suas vidas e ainda de vidas alheias das quais seus conhecimentos têm o domínio. As conversas podem estar relacionadas ao bolo de aipim servido, à chuva que não cessa enquanto o desejo de alguém presente é caminhar até a apreciação de outra fogueira em outra casa ou regressar para sua própria casa, ao preço das plantações – amendoim, milho, fumo –, ao trabalho fatigante realizado durante o dia, ou ao que lhe aguarda para o dia seguinte. Pode estar relacionada à chuva que não veio neste ano, no período dos trezenários como costume, incorrendo esse fato no atraso da plantação ou da colheita na roça.

O assunto pode se direcionar ainda para a vida de alguém nascido aqui na comunidade que esteja vivendo na cidade e retornou neste período de festa, fato bastante comum. E, por muitas vezes, em volta da fogueira, encontra-se apenas a *zoeira* de jovens que se aproximam para estourar fogos e tomar licor. Nas fogueiras menos visitadas, há de se ver um senhor, uma senhora ou uma criança que esteja assando milho ou mesmo com uma panela de amendoim a cozinhar. Contudo, as fogueiras estão sempre acompanhadas por apreciadoras e apreciadores. Vale registrar que, às vezes, é fraca a presença das pessoas e a falta de alegria diante dos festejos a Santo Antônio, quando no período próximo à sua data comemorativa, acontece de falecer algum morador da comunidade⁸. O episódio do luto faz com que a comunidade não cumpra os rituais de suas devoções e comemorações como de costume.

É interessante acrescentar que as fogueiras são acesas e frequentadas na igreja de Santo Antônio na noite do dia 12 de junho, ou em casas de pessoas que tenham por nome Antônio ou Antônia na noite do dia 13, não necessariamente nascidas no dia dedicado ao santo, a exemplo disso, Nascimento (2020) relata casos de moradoras de nome Antônia, que não nasceram no dia 13 de junho, mas acendem a fogueira pela devoção herdada:

Ressalvo o costume da senhora Antônia a qual todo ano no dia 13 de junho, acende fogueira em homenagem a Santo Antônio, isso pelo fato de levar nome de batismo. De

podem ser consumidos por quem chega à casa para visitar a fogueira. Inclusive, o milho pode ser assado na própria fogueira.

⁸ No dia 13 de junho de 2014, os festejos de Santo Antonio foram entrustecidos com a morte de Clemente José dos Santos. Ele morava a menos de meio quilômetro da igreja de Santo Antonio, que inclusive foi construída na parte do terreno doado por ele, que assim como seu pai, Antônio de Chico, era devoto do santo. Naquele ano, a missa de encerramento dos festejos foi celebrada sem entonações de alegria, enquanto acontecia o velório na sala de sua casa e os moradores e moradoras dividiam o tempo entre a missa de Santo Antonio e o velório do parente, amigo e companheiro de toda a comunidade.

acordo com o relato da senhora Antonia Silva, revela que por volta dos dez anos de idade sua mãe costumava acender a fogueira, e logo ao se tornar adulta, adotou a tradição e todo ano acende a fogueira em homenagem a Santo Antonio. (NASCIMENTO, 2020: 34)

Santo Antônio é o primeiro a ser lembrado em relação aos santos católicos da comunidade. É ele o que protege, socorre, dá graças e é invocado com maior fervor e credulidade. Em resposta a toda historicidade presente nos relatos das pessoas sobre a ligação do santo com a comunidade, o Coletivo Chico Véi aponta:

Além de Santo Antônio
Há outros Santos na igreja
E todos eles nos valem
Nos momentos de peleja
Mas pra tanto acudir Baixa Grande
Não há outro que assim seja. (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 28)

Como bem exposto pelo Coletivo Chico Véi, a partir da pesquisa realizada na comunidade, o santo é presença na vida do povo de Baixa Grande. Além dos santos estarem presentes na igreja, outros santos como São Cosme e São Damião, São Roque, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora das Candeias, São Jorge e demais santos católicos têm também seus devotos nas casas da comunidade, mesmo que em número menor em relação aos devotos de Santo Antônio. Alguns desses devotos, como pagamento de promessa própria ou herdado dos ancestrais, realizam ou realizavam cultos aos seus santos, consoante saliente Santos (2019), “moradores da comunidade realizam ou realizavam, em suas casas, com o caruru de sete meninos e os sambas de roda, ocasiões em que aconteciam e acontecem os momentos de invocação aos caboclos e orixás” (SANTOS, 2019: 12).

Depois de expressar em palavras aquilo que conseguimos absorver sobre a religiosidade católica banhada pela devoção a Santo Antônio, contudo não apenas a ele, acentuamos outras formas de crer e professar a fé em Baixa Grande. Nos recursos das memórias das pessoas mais velhas, o terreiro de candomblé de Jadú foi bem lembrado, era uma festa que durava dias, animada com samba e bastante comida. Frequentadores? Eram muitos. E não se mencionam como filhos de santo devotos à religião de matriz africana, mas participantes de uma festa que transmitia alegria e comida com fartura – “havia sempre os dias das rezas e os sambas eram marcados para comemorar os festejos à noite, com muita comida e bebida” (SANTOS, 2019: 29). Vale muito a extensa citação a seguir para a compreensão das nuances presentes nessa questão. Santos, em sua pesquisa de campo, entrevista rezadores e rezadeiras da comunidade de Baixa Grande e quando aprimora a questão da existência do terreiro de candomblé existente na comunidade, constatando que este não deixou herdeiros, expõe o seguinte argumento:

O candomblé também era um patrimônio da comunidade quilombola de Baixa Grande, posto que se tratava de uma cultura que não foi preservada. De modo geral, as religiões de matriz africana sempre foram perseguidas ao longo de sua existência, vítimas das mais perversas formas de perseguição por parte de algumas religiões cristãs. Não obstante, não devemos considerar esse motivo como fator responsável pelo extermínio do terreiro na comunidade em questão, mas como justificativa para os elementos de ameaças a esses templos marginalizados. A rezadeira dona Sila contou que ia para o terreiro de sua madrinha Jadú, uma mãe de santo a qual muitos da comunidade conheciam e conviveram. (SANTOS, 2019: 29)

Pelos relatos das pessoas mais velhas e presentes no trabalho de Santos (2019), o terreiro foi encerrado com a morte física da mãe de santo, uma mulher preta muito requisitada nos momentos em que moradores (as) necessitavam de

cuidar das coisas espirituais. Além do terreiro de Jadú, a comunidade de Baixa Grande teve outra casa de candomblé como espaço de resistência. Neste trabalho, Santos (2019: 31) traz uma citação do diário de campo, no qual a moradora entrevistada relata:

Tinha, tinha, ali, tinha. Chegou um curador tomém, chamava Zé da caatinga, ele morou ali onde mora uma fia de Necleto (...). Ali chegou um candomblé chamado Jusé, a gente ia palí era uma festa bunita, era uma festa bunita, a gente sambava, era tudo. Era cariru, era reza, era... era cumbé, era candombé até o dia amanhecer, tomem era bunito, isso tudo era bunito.

Para enfatizar o assunto já exposto, trago mais uma citação do trabalho “*Memórias de Baixa Grande contadas por sua gente*”, que sobre a pessoa e o terreiro de Jadú destaca que:

Tia Jadú irmã de tia Deládia,
Era benzedeira e mãe de Santo
Curava muita gente, com rezas e remédios
Por isso as pessoas lhe procuravam tanto” (...)
“Em seu terreiro, havia festas de candomblé
Tinha samba, comida e bebida
De manhã, bem cedinho, tinha também o café.
Era a reza e a tradição do povo negro
Que no terreiro festejava os Santos
E os celebrava com muita fé. (COLETIVO CHICO VÉI, 2020: 18)

Trazendo essa citação do trabalho realizado pelo Coletivo Chico Véi, demonstramos como a mistura entre as religiões católica e de matriz africana fez parte do arranjo religioso da comunidade no período de existência física desses terreiros. Além das formas expressas anteriormente, a fé, na comunidade, é também conduzida pela religião cristã protestante, a saber: “as igrejas Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia e Assembleia de Deus do Brasil” (SILVA, 2021: 10), estão presentes entre as diferentes formas dos (as) moradores (as) professarem sua fé.

Curando: rezadeiras e benzedeiras de Baixa Grande

Em seu trabalho sobre as rezas com folhas, Santos (2019) acentua que:

É frequente as más influências dos ares que acometem a população de Baixa Grande e, estes, se dirigem até as rezas e benzições para a cura ou alívio dos males. As rezas são feitas por transmissão oral e gestual em pessoas que procuram os detentores desse conhecimento, seja por sentirem algum mal-estar corporal ou em situação de enfermidades, doença como dor de cabeça; dores nas costas; na boca do estômago ou espinhela caída; cansaço; cobreiro; “ar do vento” ou “passagem”; mau-olhado; dores de barriga; dor de dente entre outras “queixas” sentidas pelo povo da comunidade e de outras comunidades vizinhas. (SANTOS, 2019: 46)

Como exposto, a pesquisa de Santos (2019), realizada na comunidade, mostra, por meio de relatos pessoais, como o povo de Baixa Grande aciona o saber das rezadeiras. Hampatê (2010) direciona sua discussão sobre o poder da magia intercalando o uso do sentido desta no continente europeu e no continente africano em posições desiguais:

na Europa a palavra ‘magia’ é sempre tomada no mau sentido, enquanto na África designa unicamente o controle das forças em si uma coisa neutra que pode se tornar benéfica ou maléfica conforme a direção que se lhe dê (...) a magia boa, a dos iniciados, ‘dos mestres do conhecimento’, visa purificar os homens, os animais, os objetos afins de repor as forças em ordem. (HAMPATÊ, 2010: 173)

É dessa forma que percebemos a realização das rezas dentro da comunidade de Baixa Grande. Muitas pessoas, induzidas por ensinamentos cristãos, condenam o uso desse meio de cura, contudo, o número de pessoas que procuram esse fazer, que promove a cura, é grande tanto na comunidade de Baixa Grande quanto pela sua circunvizinhança (SANTOS, 2019). Essa demanda de saber como essa comunidade quilombola vivia no passado, era buscado em outra fonte: as parteiras, que tinham papel fundamental para a formação das famílias na comunidade. As parteiras desenvolviam várias funções, dentre elas: preparavam banhos que ajudavam a gestante a esquentar a dor tornando mais tranquila e menos demorada a hora do parto, pegar o bebê pela primeira vez, pós-parto, nos dias seguintes cuidava da mãe e da (o) recém-nascida/o, ajudava no banho e em outros rituais necessários durante o resguardo.

Nos casos de bebês em posição inversa, as pessoas mais velhas contam sobre as parteiras que, no momento do nascimento, com rezas e agindo com o poder das suas mãos, giravam a criança ainda no ventre da mãe para que ganhasse a posição correta para nascer. Com esse feito, salvavam mãe e bebê. Hampaté (2010) teoriza sobre o importante papel da oralidade para a transmissão do saber de si para o povo africano. O raciocínio do autor muito nos provocou no sentido do valor atribuído à oralidade e à valorização da memória dos (as) anciões (ãs) para o resgate da cultura africana. Apesar do seu forte compromisso em argumentar a partir da sua própria realidade, ele menciona no texto a África como um todo, não apenas sua comunidade ou região de origem, afirmando que: a tradição africana, portanto, concebe a fala como um dom de Deus (HAMPATÉ BÂ, 2010: 172).

O conhecimento das pessoas mais velhas da comunidade corrobora para nos informar sobre a origem da cultura africana, pois somente ouvi-las já nos possibilita saber sobre suas formas de resistência na comunidade, autorizando-nos a contrapor toda a história oficial escrita e ensinada, de maneira estereotipada e eurocêntrica, sobre a população negra. É a fala que nos guia para o descortinar do passado que nos originou.

Hampaté (2010: 173) observa que é a fala que tudo pode. Ela pode criar a paz e ainda a destruir. Destarte é pela fala/oralidade que a comunidade de Baixa Grande tem modificado as formas de si conhecer. Em cada visita, cada tarde debaixo de uma árvore, na varanda de uma casa é que o saber sobre a comunidade tem sido transmitido, de boca a ouvido (HAMPATÊ, 2010), aos/às interessados/as em saber sobre si e se transforma em escrita por quem tem posse sobre ela.

Na observação de Beatriz Nascimento “É tempo de falarmos de nós mesmos não como “contribuintes” nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação” (NASCIMENTO, 2016), isso encoraja-nos a fortalecer nossa escrita munida pela oralidade, já que, por muitas vezes, os documentos se calam, como Santos (2020) nos provoca a refletir sobre o papel exercido pelo Estado que nos priva do conhecimento e ensinamento real da história do Brasil, ou seja, a história da população negra não verdadeiramente contada ou carregada de borrões nos livros didáticos. A autora sinaliza que “a negação da história do negro é parte do plano pernicioso de um Estado brasileiro militarizado e violento, que se vale do silenciamento como estratégia para manter-se no domínio” (SANTOS, 2020). Tudo o que registramos neste trabalho, conseguimos construir em parceria com todas essas pessoas experientes da comunidade quilombola de Baixa Grande que muito saber possui para transmitir, apesar de desconhecerem a escrita, o letramento.

Considerações finais

Baixa Grande é doce/terra do Grupo de mulheres Frutos da Terra. Como o próprio nome diz, esse grupo formado por mulheres da comunidade confecciona doces aproveitando as frutas que se desperdiçavam nos quintais de casa, já que a família não tinha condições de consumir toda a quantidade que as árvores produziam. Além dos doces, que foi o pontapé para iniciar o trabalho coletivo realizado por essas mulheres, mães de família, as produções se expandiram e estão sempre se inovando em outras receitas que também têm as frutas como ingrediente. Uma vez que se tem a oportunidade de provar o sorvete de jaca, a pizza de aipim já se sai da comunidade querendo a ela retornar.

É terra/saber de homens e mulheres que conhecem as quadras da lua, reconhecem o período certo para plantar, limpar e colher a roça sem prejuízos de perdas por estar fora do tempo lunar. São homens e mulheres que sabem mexer com a terra, escolher os grãos, adubar o solo, depositar nele a semente e aguardar que a natureza cumpra sua mágica função de fazê-la germinar. É terra de gente que sabe esperar - espera sobre muitas coisas, desde o tempo de Deus ao tempo da boa vontade do poder público.

As plantações em sua grande maioria são para a subsistência, por exemplo, feijão, aipim, amendoim, milho e mandioca, podendo todos estes insumos ser revertidos para a comercialização, caso exceda à necessidade das famílias. Alguns são cultivados exclusivamente para venda por aqueles que têm maior propriedade de terra. Um fato que merece registro é a partilha da colheita quando o vizinho não tem daquilo que o outro produz. Podem acontecer trocas, doações e até vendas, por um preço mais acessível que o encontrado em feiras e mercados. Com exceção do limão, fumo e laranja, que não entram nessas trocas nem no consumo domiciliar, porque como são cultivados em quantidade maior e visando ao lucro, são sempre transportados para as feiras e indústrias de outras comunidades. São os chamados *atravessadores* que compram do produtor e da produtora e vendem nas cidades. Os digitórios presentes nas colheitas podem significar um momento de encontros, distrações ou apenas *dar a mão* ao (à) vizinho (a) que fará o mesmo quando o/a outro/a precisar.

Costuma-se dizer que, nas terras da comunidade Baixa Grande, “tudo que se planta dá”, isso se deve à fertilidade do recôncavo. Bananeiras, mangueiras, jaqueiras, cajueiros, cerejeiras estão entre as árvores que sombreiam os quintais, e ainda há espaço para o cultivo de plantas medicinais sempre frescas e prontas para os chás, lambedores⁹ ou banhos que os de casa ou os vizinhos precisem caso não tenham da mesma planta em seu quintal.

Mencionamos como arte o saber/fazer trabalho nas olarias. Por bastante tempo, foi essa a “arte” responsável pelo sustento de muitas famílias durante o verão, tempo em que a roça não produz, como descreve Silva (2021) “a atividade mais comum de geração de renda para os moradores é a agricultura, e, no verão, as olarias” (SILVA, 2021: 09). Nas olarias, não trabalhavam apenas os homens da família nem somente os da comunidade, contam-nos que os homens do Pau Ferro trabalhavam também naquele espaço para sustentarem suas famílias. As mulheres trabalhavam com menor participação que os homens, mas ainda assim contribuíam em algumas atividades que lhes exigiam menos esforço, e as crianças, por sua vez, colaboravam, entre uma brincadeira e outra, nos trabalhos mais leves

⁹ Espécie de chá preparado com plantas medicinais que são cultivadas nos quintais da comunidade. Os lambedores são preparados de acordo à enfermidade que a pessoa apresente. É muito comum o preparo do lambedor para gripes e outros males atribuídos ao sistema respiratório.

como empilhar os tijolos, embolar o barro, enfornar e desenfornar os fornos. Contudo, no passado, as crianças desde cedo, já realizavam o trabalho pesado. Hoje as olarias já não têm a mesma influência na economia da comunidade de Baixa Grande, mas algumas continuam em atividade.

É terra/chão de homens e mulheres de mãos calejadas, que em alguns períodos do ano, amanhecem o dia na roça realizando suas atividades. Mas é também terra/lugar de professoras, que conhecem as palavras, desenham letras, ensinam a ler. É lugar/morada de estudantes universitárias/os que vão à universidade e retornam para casa na esperança de contribuir com as mudanças socioeconômicas e culturais que tanto desejam as pessoas que vivem na comunidade. É morada/chão de Anacleto Bispo dos Anjos, vereador por dois mandatos consecutivos na câmara Legislativa do município, o qual se tornou primeira e única pessoa da comunidade, até os dias atuais, a ocupar o cargo. Durante seu mandato, lutou pela chegada de energia elétrica para a comunidade enfrentando as objeções racistas de colegas naquela casa, mas, felizmente, obteve êxito ao fazer valer o direito de moradores (as) de Baixa Grande de possuírem energia elétrica em suas residências. Este mesmo homem-vereador, em 1998, afrontou o prefeito da época quando iria ocorrer o fechamento das escolas, que funcionavam nas residências de alguns moradores, e com isso, para estudarem, as crianças da comunidade teriam que se deslocar para o distrito de São José do Itaporã.

Baixa Grande é chão/território, terra de gente majoritariamente preta. É terra de pretos e pretas. Nas falas das/os mais velhas/os, é fácil ouvir as vezes que a discriminação por serem moradores de Baixa Grande fez parte das relações estabelecidas fora dali, e, em relação a essa discriminação, não houve avanço, pois os (as) jovens trazem em seus relatos experiências do mesmo tipo. É neste chão/território que muitos que são inferiorizados pela cor, constroem argumentos que valorizam a sua própria existência. Com a ajuda de alguns homens mais velhos da comunidade, o Coletivo Chico Véi realizou uma atividade em parceria com o grupo de pesquisa *Memória, processos identitários e territorialidades no Recôncavo da Bahia*, construindo um mapa de Baixa Grande. A atividade tinha por objetivo tornar visível o que pessoas mais velhas da comunidade entendiam por espaço território pertencente à Baixa Grande, no intuito de, por meio desse mapa memorado, garantir-lhes autonomia e esclarecimento no momento em que seus direitos fossem acionados, e que as pessoas não pertencentes àquele lugar, tentassem inserção para se beneficiarem do que, até então, não tinham direito, tudo isso pensando no fator novo para a comunidade que seria a certificação como remanescente quilombola.

As construções consideradas como parte da comunidade, os terrenos, as estradas, as pessoas, os espaços religiosos todos sendo de alguma forma lugar de pertencimento para quem se considera de Baixa Grande e que de fato é. Podemos ser questionadas pela razão de afirmar que aqueles são mesmo os espaços que formam hoje o território de Baixa Grande, por tanto responderemos, sem ponderar, que aqueles são os lugares apontados pelos mais velhos, que reconhecemos também como pertencentes à comunidade: nas igrejas se professa a fé cristã, a lagoa de onde muito já se consumiu e ainda é possível fazer, a associação em que as lutas são colocadas, a escola onde se aprende a escrever, as estradas abertas pelos moradores, as vendinhas onde é possível comprar pipoca e pinga no mesmo balcão, as cercas que hoje são comuns na comunidade demarcando onde inicia e termina a propriedade de cada um dentro do território comum que é Baixa Grande, entendendo as cercas como demarcação, mas tendo a consciência de que a demarcação do território é feita historicamente pelas formas de resistir.

*Recebido em 21 de julho de 2024.
Aprovado em 10 de outubro de 2024.*

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Os Quilombos e as Novas Etnias". In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. pp. 56-87.
- BRASIL. Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Presidência da República*, Brasília, 2003.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de. "As Comunidades Remanescentes de Quilombos Urbanos". In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Direitos Quilombolas & Dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. pp. 219-222.
- COLETIVO CHICO VÉI. *Memórias de Baixa Grande Contadas Por Sua Gente*. Conceição da Feira, BA: Andarilha Edições, 2020.
- DOS SANTOS, Edna Balbina dos Anjos. Memória que Reinscrevem: O Uso da Memória na Reconstrução Identitária do Quilombo Baixa Grande. *Revista Docêncio e Cibercultura*, 3 (3): 235-245, 2019.
- GOMES, Rodrigo Portela. "A Cultura Jurídica Antinegra Sobre Territórios Quilombolas nos Discursos de Soberania Nacional e Proteção Socioambiental". In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (orgs.). *Rebelião*. Brasília: Brado Negro/Nirema, 2020. pp. 70-82.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. "A Tradição Viva". In: KI-ZERBO, Josep (org.). *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 167-212.
- LOURENÇO, Sonia Regina. "Comunidades Quilombolas de Chapada dos Guimaraes". In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Direitos Quilombolas & Dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. pp. 109-224
- MURITIBA. Conheça a história de Muritiba. Blog. Disponível em: <https://www.muritiba.ba.gov.br/historia>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Simone dos Anjos de Souza do. *Glorioso Santo Antônio: Festa do Padroeiro da Comunidade Quilombola de Baixa Grande (1980 – 2020)*. Monografia, História, Universidade do Recôncavo da Bahia, 2021.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. “Introdução: Direitos dos quilombos e Deveres de Estado”. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Direitos Quilombolas & Dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. pp. 159-170.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 20 (42): 377-391, 2014.

RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

SANTOS, Antônia Fernanda dos Anjos dos. *Rezas com Mato: Registro do Ofício de Rezas com Ervas na Comunidade Quilombola de Baixa Grande*. Monografia, Museologia, Universidade do Recôncavo da Bahia, 2019.

SANTOS, Carlene Santana dos. *Representação Social do Negro: controvérsias de uma escola tradicional no quilombo de Baixa Grande*. Trabalho de conclusão (Curso de Ciências Sociais), Universidade do Recôncavo da Bahia, 2019.

SANTOS, Marina Lícia dos. Beatriz Nascimento: caminhos de uma intelectual quilombola. *Anais do Seminário Nacional de Sociologia da UFS*, 3: 1-17, 2020.

SILVA, Maria do Carmo Soares da. *Rezas de Cura na Comunidade Quilombola de Baixa Grande: Práticas, Conflitos e Representações (1985-2021)*. Projeto de pesquisa, História, Universidade do Recôncavo da Bahia, 2021.

VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. Quando a Memória é Patrimônio: Expressões de Territorialidade de Comunidades Quilombolas. *Geografia em Questão*, 8 (1): 150-163, 2015.

VOLUME 12
NÚMERO 28
(JAN./ABR.2025)

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS
DOSSIÊ TEMÁTICO:
**ANTROPOLOGIAS DOS DESERTOS:
ECOLOGIAS, POVOS E COSMOLOGIAS
ENTRE OS VAZIOS E AS ABUNDÂNCIAS
DE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO**

COORDENADORXS:
DRA. ANTONELA DOS SANTOS (UBA/CONICET)
DR. GABRIEL RODRIGUES LOPES (UFS)
DR. PEDRO EMILIO ROBLEDO (UNC/CONICET)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE JANEIRO
DE 2025

28

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

VOLUME 12
NÚMERO 29
(MAI./AGO.2025)

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS
DOSSIÊ TEMÁTICO:
**MÍDIAS DIGITAIS E SUAS
IMPLICAÇÕES NA VIDA COTIDIANA:
CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS**

COORDENADORXS:
DRA. CAROLINA PARREIRAS (USP)
DRA. LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI (UFPR)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE ABRIL
DE 2025

29

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso